

A DEFINIÇÃO TRIPARTIDA DO CONHECIMENTO - DEFESA E RESSALVAS

Adeonis Facunde dos Santos Filho

RESUMO

O presente artigo vai se propor a analisar de maneira inicial um importante debate que permeia o ambiente da filosofia da mente: como surge o conhecimento? A tradição filosófica diz que, para algo ser conhecimento, esse algo precisa atender a três requisitos. Essa definição, chamada de tripartida, será o objeto de base para o decorrer das investigações desse artigo, no qual se busca ter um caráter principalmente descritivo, deixando os questionamentos e argumentos a cargo do leitor. Irá-se fazer uma viagem desde a Grécia antiga, passando pela filosofia moderna e contemporânea, de forma a permear uma parte considerável ao longo da história, focando-se em debates e argumentos em relação à definição tripartida do conhecimento.

Palavras-chave: Teoria do Conhecimento, Platão, Gettier, Teoria da Mente.

ABSTRACT

This article proposes to initially analyze an important debate that permeates the philosophy of mind environment: how does knowledge arise? Philosophical tradition says that for something to be knowledge, it must meet three requirements. This definition, called tripartite, will be the base object for the course of the investigations in this article, which seeks to have a mainly descriptive character, leaving the questions and arguments up to the reader. A journey will be made from ancient Greece, through modern and contemporary philosophy, in order to permeate a considerable part throughout history, focusing on debates and arguments in relation to the tripartite definition of knowledge.

Keywords: Theory of Knowledge, Plato, Gettier, Theory of Mind.

INTRODUÇÃO

Apesar de não ser um questionamento comum, a pergunta “como eu aprendi isso?” pode surgir ao decorrer da vida estudantil de uma pessoa. De explicações simples como a do senso comum, até as mais complexas como os escritos de Kant, diversas pessoas já buscaram explicar esse tão curioso processo. Um grande debate que permeia esse tipo de questão reside principalmente no que é necessário para que se tenha o conhecimento.

Os antigos gregos já debatiam as grandes questões contemporâneas em seu tempo, mas certos escritos trazem a impressão de que eles já estavam cientes de todas as discussões que estavam por vir. A exemplo, temos os diálogos de Platão, em especial Teeteto, que fala exatamente sobre o assunto abordado aqui.

PLATÃO E A DEFINIÇÃO TRIPARTIDA DE CONHECIMENTO

Teeteto é um escrito de Platão no qual ele transcreve o diálogo entre Sócrates e um estudante de matemática chamado Teeteto de Atenas e, nesse diálogo, o ponto central é saber qual a real origem do conhecimento e em que consiste o seu conceito. Em determinado momento da conversa, o jovem estudante é questionado sobre qual a definição de conhecimento e ele responde que o conhecimento nada mais é do que uma opinião[1] verdadeira. Sócrates, prontamente, o repreende explicando que uma crença verdadeira nem sempre pode significar conhecimento, já que existe até mesmo uma profissão que desmente tal tese, a saber, a **advocacia**. O filósofo, então, começa um exercício de maiêutica com Teeteto, primeiro partindo do princípio que os advogados trabalham para persuadir alguém, isto é, fazer com que esse alguém tenha uma certa crença.

Daí, Sócrates mostra que um juiz, ao ser induzido a ter uma crença de algo que somente uma testemunha ocular pode ter certeza, dá um veredito, mesmo que justo, sem conhecimento. Para melhor elucidação, tomemos um exemplo no qual o advogado Sérgio tenta levar o juiz Arnaldo a dar o veredito de que o banqueiro Jorge cometeu um homicídio: nessa situação, Sérgio convence Arnaldo não com provas físicas, mas somente descrevendo a cena pela sua oratória, e ele é tão bom

nisso que o juiz passa a **acreditar** nele por conta de suas belas palavras, dando o veredito de que Jorge é culpado (o que de fato seria verdade).

Nessa situação, Arnaldo detém uma crença verdadeira de que Jorge é culpado, porém não possui as justificativas necessárias para que tenha essa crença, ou seja, não tem o conhecimento disso. Daí, tanto nós quanto Teeteto podemos concluir que, de fato, crença verdadeira não se confirma por si só como conhecimento, sendo mais racionalmente apropriado definir que, na verdade, conhecimento é uma **crença verdadeira justificada**, como pode ser mostrado no esquema a seguir:

O sujeito S sabe que P (proposição) se e somente se,

- I) P é verdadeira
- II) S acredita que P e
- III) S está justificado em acreditar que P

É POSSÍVEL O CONHECIMENTO SEM UM DOS TRÊS REQUISITOS?

Toda a tradição filosófica determina que Sócrates está correto e que, de fato, o conhecimento é uma crença verdadeira e justificada. Entretanto, alguns questionamentos recentes fazem frente a essa forma de pensar tão disseminada. Dan O'Brien, em seu livro *Introdução à Teoria do Conhecimento*, nos explica sobre essa definição, chamada **definição tripartida do conhecimento**, e, em seguida, dá alguns exemplos defendendo as teses de que 1) é possível ter conhecimento sem justificativa e 2) é possível ter conhecimento sem crença.

No seu primeiro exemplo, O'Brien fala que aprecia um bom e velho jogo de xadrez e que tem uma certa intuição devida à familiaridade com o jogo. Certa vez, ele estava jogando em seu computador e lhe ocorreu que poderia vencer da máquina em questão de 6 jogadas, porém não sabia como, não tendo sequer uma justificativa para sustentar tal crença. Chamou, então, um amigo que detinha muito

mais conhecimento de xadrez que ele e constatou que realmente era possível vencer aquela partida em 6 jogadas. O autor, então, constata que essa espécie de “palpite por afinidade”[2] configura como conhecimento e que **a justificativa nem sempre é necessária** para tal.

No segundo exemplo, o autor primeiro elucida que, no momento em que se tem certeza de algo, a **simples crença** naquilo desaparece, ou seja, você deixa de **achar** que p para começar a **saber** que p . Dito isso, O’Brien segue o seu exemplo, dizendo que, quando era mais novo, sua avó o levava para passear pelo jardim e ensinava a ele o nome de plantas, flores, dentre outras coisas. Passados alguns anos, ele esqueceu-se totalmente desses passeios e atualmente não acredita ter grande conhecimento botânico, porém, se deparando com um jogo de perguntas e respostas que passava na televisão, surpreende-se com seu resultado: estava respondendo corretamente todas as perguntas lançadas, já que no dia o tema era nomes de flores.

Para ele, cada resposta são apenas palpites dados e estava acertando puramente por sorte, mas não seria absurdo afirmar que, na verdade, ele estava pondo em prática o conhecimento que tinha adquirido com sua avó no passado. Portanto, pode-se concluir que é possível haver conhecimento sem crença, mas, ao final de seus exemplos, O’Brien se questiona se ele de fato está certo e se seus argumentos são convincentes, abrindo margem também para diversas críticas possíveis ao que foi apresentado.

COM OS REQUISITOS SACIADOS, SERÁ SEMPRE CONHECIMENTO?

Apesar de ter apresentado alguns argumentos contra a definição tripartida do conhecimento, o autor de *Introdução à Teoria do Conhecimento* diz que as mais influentes críticas a tal definição foram feitas pelo filósofo norte-americano Edmund L. Gettier em um artigo de sua autoria chamado “*É a Crença Verdadeira Justificada Conhecimento?*”, no qual ele expõe um conjunto de situações que tem o objetivo de determinar que a definição tripartida não é o suficiente para se ter, de fato, conhecimento.

Na primeira situação, Gettier nos apresenta Smith e Jones, ambos candidatos a um determinado emprego. Smith tem justificativas o bastante para acreditar que **1) Jones é o homem que irá conseguir o emprego** e que **2) Jones tem dez moedas no bolso**. Daí, Smith conclui corretamente que **3) O homem com dez moedas no bolso irá conseguir o emprego**, sendo tal proposição derivada de uma síntese simples de duas premissas em uma conclusão concisa. Entretanto, Smith recebe a informação de que, apesar de suas convicções iniciais, ele foi o homem que conseguiu a vaga no emprego e, além disso, ele checa que, em seu bolso, coincidentemente se encontram dez moedas. Dessa situação podemos inferir que:

- I) a proposição **3)** é verdadeira
- II) Smith acredita que a proposição **3)** é verdadeira
- III) Smith está justificado que a proposição **3)** é verdadeira (dado que ele é o homem que tem dez moedas no bolso e que conseguiu o emprego)

Porém, Smith não tinha conhecimento de que ele estaria empregado, mesmo tendo uma crença verdadeira e justificada.

Na segunda situação, mais complexa, nos deparamos também com Smith e Jones, porém desta vez com Smith tendo provas concretas de que **1) Jones tem um carro**. É adicionado a essa história Brown, de quem ninguém sabe o paradeiro, e Smith seleciona de forma aleatória três lugares diferentes de onde está Brown e formula as seguintes proposições: **2) Ou Jones tem um carro ou Brown está em Boston**, **3) Ou Jones tem um carro ou Brown está em Barcelona** e **4) Ou Jones tem um carro ou Brown está em Brest-Litovsk**.

Smith chegou a essas proposições seguindo uma regra silogística chamada regra da adição, a qual diz que, tendo-se uma proposição verdadeira, dela se pode deduzir uma disjunção[3] verdadeira com qualquer outro enunciado. Portanto, Smith está totalmente justificado dadas as suas proposições, lembrando que ele não conhece o paradeiro de Brown. Seguindo o raciocínio, Gettier nos manda imaginar agora que, na verdade, Jones não tem um carro e aquele sobre o qual Smith tinha a

justificativa de que era dele não passava de um carro alugado e que, além disso, por coincidência, Brown de fato se encontrava em Barcelona. Nesse caso determinaremos que:

- I) A proposição **3)** é verdadeira, pois Jones não tem um carro, mas Brown está em Barcelona
- II) Smith tem a crença de que **3)** é verdadeira
- III) Smith está justificado em acreditar que **3)** é verdadeira

Com esse exemplo, Gettier conclui que Smith satisfaz todas os requisitos para que se tenha conhecimento segundo a definição tripartida, mas que podemos claramente perceber que é insuficiente e que Smith na verdade não detém tais conhecimentos específicos.

A JUSTIFICATIVA E A SUA JUSTIFICAÇÃO

Vimos, até agora, que o debate sobre o que de fato é o conhecimento é bastante extenso, mas, até o momento, nada foi discutido sobre o que de fato é uma **justificativa**. Caso, por exemplo, eu queira saber a cor de uma bola que eu tenho conhecimento de que se encontra do outro lado do muro da vizinha, posso recorrer a algumas formas de justificação para tal: 1) O filho da vizinha me disse noutro dia que tem uma bola laranja, 2) Pedi para que meu irmão mais velho olhasse e ele me disse que a bola é laranja e 3) Posso eu mesmo pegar a escadinha de meu pai e constatar que a bola é laranja.

Todas essas três formas de justificar uma crença verdadeira minha (no caso, que a bola é laranja) podem ser legítimas, porém caso formos mais criteriosos em relação ao que estamos analisando, podemos perceber que essas justificativas também são crenças, como no caso de 1) que meu vizinho possa ter definições diferentes das minhas do conceito de laranja no caso de 2) que meu irmão tenha mentido para mim ou no caso 3) que eu possa ser daltônico. Entretanto, ao percebermos que, de fato, essas justificativas também são crenças, precisamos

justificativas para essas **justificativas**. Dessa forma, entraríamos em um segmento vicioso conhecido como o Trilema Cético de Agripa[4].

Segundo esse trilema, você tem três caminhos para percorrer caso queira justificar um conhecimento, dentre eles:

- 1) X justifica Y, que justifica Z, que justifica K.... indefinidamente, entrando em uma regressão infinita.
- 2) X justifica Y, que justifica Z, que justifica X, se categorizando como uma circularidade
- 3) X justifica Y, que justifica Z e pronto, denotando arbitrariedade (Haslley Queiroz, 2018)

Haslley Queiroz, em seu artigo *O Mito do Dado em Wilfrid Sellars*, explica bem a situação quando comenta que

“Nenhuma dessas opções parece ser muito atraente. A circularidade é, claramente, uma falácia. E o argumento por autoridade ou arbitrariedade levaria ao ceticismo porque eu poderia escolher qualquer coisa para justificar minha crença [tipo justificar minha crença de que a TV está ligada porque o Céu é azul]. Essas opções são logo descartadas por serem absurdas. Entretanto, e sobre a regressão infinita? Ela parece também não ser plausível. Não parece que precisamos de justificações infinitas para saber algo e isso também levaria ao ceticismo, já que somos seres finitos, não poderíamos nunca continuar justificando nosso conhecimento infinitamente.”
(HASLLEY, 2019)

Precisaríamos, então, de algo que possa **fundamentar** o nosso conhecimento e pare essa regressão.

CONCLUSÃO

Dadas as informações, muito se pode inferir sobre a problemática. Apesar de responder certas questões, outras também passam a surgir, alimentando o debate. Fato é que até o presente momento diversos estudos continuam a serem feitos e

muitos artigos virão a ser publicados, o que nos resta estudar as questões e debatê-las, sempre procurando engrandecer e somar aos argumentos correntes.

NOTAS:

[1] Do grego *doxa* – também podendo ser traduzido como crença, nesse caso é visto como um estado psicológico com conteúdo proposicional, o que significa que é possível “transcrever” uma crença em proposição. Exemplo: meu celular é preto/acredito que meu celular é preto.

[2] Uma forte crença devido à familiaridade com algo, porém sem justificativas congruentes.

[3] Na lógica, um tipo de proposição em que se apresentam alternativas (ou... ou...)

[4] Faz referência a um cético grego de mesmo nome, também podendo ser chamado de Trilema de Münchhausen, que faz uma ironia ao barão de Münchhausen, que alegava ter escapado de um pântano no qual estava enterrado puxando o seu próprio cabelo.

Referências:

MELRO F. (tradução). **Teeteto**. Lisboa. Inquérito. pp. 156-159

O'BRIEN D. **Introdução à Teoria do Conhecimento**. Lisboa: Gradiva, 2013

GETTIER E. **Is Justified True Belief Knowledge?** Massachusetts: Analysis, 1966

QUEIROZ, H. **O Mito do Dado em Wilfrid Sellars**. Disponível em: <https://neoiluminismo.com////////2018/02/14/haslley-queiroz-o-mito-do-dado-em-wilfrid-sellars-ensaio-2/>. Acesso em: 19 jan. 2019